

Juiz incita à rebeldia contra FHC

Indignado com excesso de MPs, magistrado quer levantar sociedade contra o governo. Presidente acha críticas desrespeitosas

Mauro Zanatta
Da equipe do **Correio**

A novela das medidas provisórias teve mais um tenso capítulo ontem. O juiz Fernando Tourinho Neto, diretor da Revista do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de "estar desenvolvendo uma política de ódio à Justiça". Acusado pelos integrantes do Judiciário de cometer excessos na edição e reedição de MPs, o presidente Fernando Henrique Cardoso não gostou nem um pouco do tom utilizado por Tourinho. Mandou a resposta pelo porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral:

"Foi uma atitude incompatível com o que se espera de um magistrado. Além disso, incita a uma rebelião", rebateu o presidente. "É estranho o comportamento do magistrado. É uma atitude desrespeitosa ao Congresso Nacional e ao Executivo, porque o juiz se arroga o direito de dizer o que é importante ou não", afirmou.

O juiz Tourinho Neto criticou duramente o que considera o excesso de medidas provisórias em assuntos que não atendem aos princípios da urgência e relevância, como prevê o artigo 62 da Constituição Federal. "É preciso que todos nós nos rebelemos contra esse pendor ditatorial do Executivo", sugeriu. "É preciso que a sociedade se levante, que os juizes de rebelem contra este estado de coisas", pregou, inflamado.

GOTA D'ÁGUA

Tourinho Neto discursou durante meia hora no plenário do TRF e atacou a MP de nº 1.570, assinada na última quarta-feira por Fernando Henrique. "Isso foi apenas a gota d'água", disse. A medi-

da dificulta a concessão da chamada "tutela antecipada" (liminares) em processos contra a União.

A tutela é uma decisão judicial onde o juiz não analisa o mérito da ação e não existe tempo para a defesa da outra parte. Uma liminar garante, por exemplo, o pagamento imediato do valor requerido em uma ação. Na prática, com a edição dessa MP, o governo obriga a todos que processarem a União a apresentarem alguma caução (garantia). No caso de perder para a União, o autor da ação terá que devolver o dinheiro.

"Quem mais desrespeita a Constituição é o Executivo, a todos querendo confundir, enganar, com a aparência de legalidade", atacou o juiz na cerimônia de lançamento do livro *A Constituição na Visão dos Tribunais* — uma edição da Constituição comentada por 30 renomados juristas.

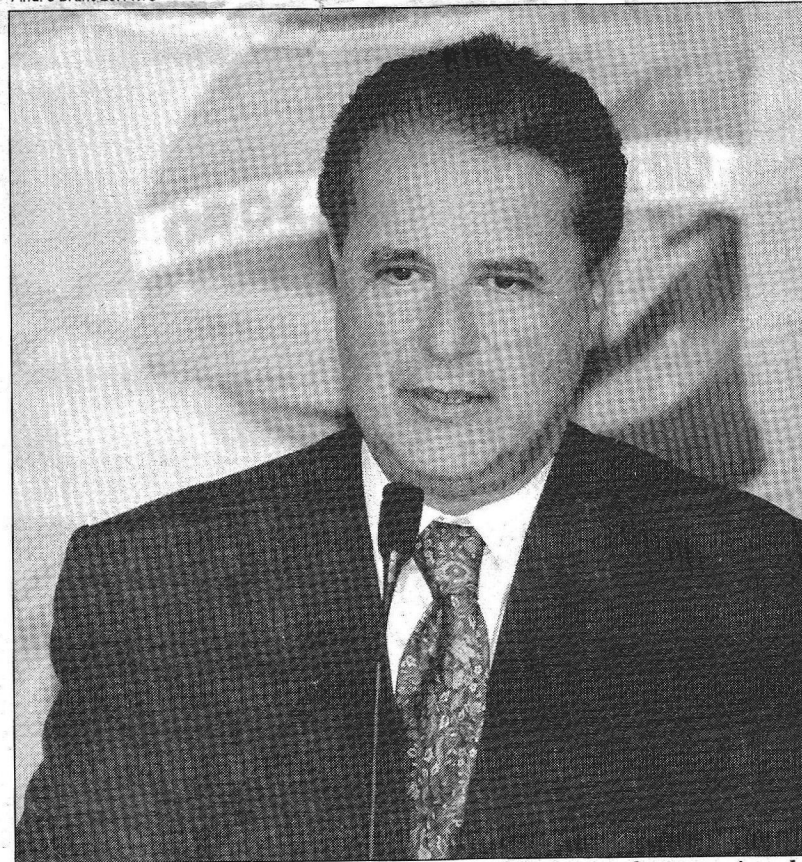
"A dificuldade na obtenção da tutela é uma afronta ao Judiciário. Isso impede ou pelo menos dificulta o acesso à Justiça. A caução favorece os ricos, que têm dinheiro para pagá-la, e prejudica os pobres. É um motivo para negar o acesso à Justiça aos pobres", disse Tourinho.

RESPONSABILIDADE

Segundo o porta-voz da Presidência, Fernando Henrique considera que "a crítica desrespeita os fatos", porque no seu governo foram editadas apenas 77 MPs. "As outras mil e tantas são reedições", defendeu Sérgio Amaral.

Tourinho Neto não se intimidou com a reação da Presidência. "As reedições também são de responsabilidade dele", disse. "Se ele acha que uma MP não é urgente ou relevante, que não a reedite. A reedição não é obrigatória", sustentou.

André Brant 28.11.95



Sérgio Amaral, em nome de FHC: atitude incompatível com a de um magistrado